

ENTRE GRADES E VERSOS: A ESCRITA POÉTICA COMO SUPORTE PSICOTERÁPICO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES NO CONJUNTO PENAL FEMININO DA BAHIA

BETWEEN BARS AND VERSES: POETIC WRITING AS PSYCHOTHERAPEUTIC
SUPPORT IN THE PROCESS OF RESOCIALIZATION OF WOMEN IN THE FEMALE
PENALTY OF BAHIA

ENTRE REJAS Y VERSOS: LA ESCRITURA POÉTICA COMO APOYO
PSICOTERAPÉUTICO EN EL PROCESO DE RESOCIALIZACIÓN DE LAS MUJERES EN EL
PENAL FEMENINO DE BAHÍA

Marília Ramos Nascimento¹

Murillo Cesar da Silva Silva²

RESUMO: A história da vida carcerária encontra-se atrelada a um passado punitivo que restringia a liberdade do indivíduo como forma de fazê-lo pagar pelo delito praticado. Atualmente, com a defesa dos direitos humanos, torna-se indispensável um olhar humanizado, uma vez que - por intermédio de métodos integrativos - possibilita a ressocialização do sujeito na instituição penal. Nessa perspectiva, por meio da metodologia qualitativa de caráter bibliográfico, o presente ensaio objetiva apresentar a escrita como um recurso psicoterápico para mulheres privadas de liberdade do Conjunto Penal Feminino do estado da Bahia, a partir da análise do poema “Preta”, de Ana Cristina Lima, que compõe a obra “Firminas em fuga (poesia?)” (2023), parte do projeto “Corpos Indóceis e Mentes Livres”. Com essa proposta, evidencia-se que a escrita poética apresenta expressão de autoconhecimento, o que reforça a subjetividade e a resistência, bem como ressalta a importância de métodos integrativos no contexto prisional.

2813

Palavras-chave: Gênero. Interseccionalidade. Sistema carcerário. Ressocialização. Escrita poética.

ABSTRACT: The history of prison life is intrinsically linked to a punitive past in which the restriction of individual freedom served as a means of enforcing retribution for committed offenses. Today, in light of the advocacy for human rights, a humanized perspective has become essential, as integrative methods offer the possibility of resocializing individuals within the penal system. From this perspective, and employing a qualitative, bibliographic methodology, the present essay aims to present writing as a psychotherapeutic resource for women deprived of liberty at the Women's Penal Complex of the State of Bahia. This is achieved through the analysis of the poem “Preta” by Ana Cristina Lima, featured in the work *Firminas em fuga (poesia?)* (2023), part of the project *Corpos Indóceis e Mentes Livres* (“Unruly Bodies and Free Minds”). Through this approach, poetic writing is revealed as a form of self-knowledge and expression, which reinforces subjectivity and resistance, while also highlighting the importance of integrative methods in the prison context.

Keywords: Gender. Intersectionality. Prison system. Resocialization. Poetic writing.

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade de Ilhéus.

² Orientador. Doutor em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor do Curso de Psicologia da Faculdade de Ilhéus.

RESUMEN: La historia de la vida carcelaria está vinculada a un pasado punitivo en el que la restricción de la libertad individual servía como forma de hacer que el sujeto pagara por el delito cometido. En la actualidad, con la defensa de los derechos humanos, se vuelve indispensable una mirada humanizada, ya que - a través de métodos integrativos - se posibilita la resocialización del individuo dentro de la institución penal. Desde esta perspectiva, y mediante una metodología cualitativa de carácter bibliográfico, el presente ensayo tiene como objetivo presentar la escritura como un recurso psicoterapéutico para mujeres privadas de libertad en el Complejo Penal Femenino del estado de Bahía, a partir del análisis del poema “Preta”, de Ana Cristina Lima, que forma parte de la obra *Firminas en fuga (¿poesía?)* (2023), integrada en el proyecto *Cuerpos Indóviles y Mentes Libres*. Con esta propuesta, se evidencia que la escritura poética constituye una forma de expresión del autoconocimiento, lo que refuerza la subjetividad y la resistencia, al mismo tiempo que resalta la importancia de los métodos integrativos en el contexto penitenciario.

Palabras clave: Género. Interseccionalidad. Sistema penitenciario. Resocialización. Escritura poética.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional no Brasil ocupa a terceira posição de ocupação em massa, comparado a países desenvolvidos em todo o mundo. Tratando-se do encarceramento feminino no Brasil, o crescimento tem sido de forma expressiva nas últimas décadas, revelando uma realidade marcada por múltiplas vulnerabilidades sociais, desigualdades de gênero, racismo estrutural e abandono institucional. As mulheres privadas de liberdade carregam de forma subjetiva as intersecções expressas pelo contexto de exclusão social que se perpetuam fora e dentro das prisões.

2814

Na reformulação dos direitos humanos, a busca pela ressocialização se faz presente como garantia de direitos para as pessoas privadas de liberdade. Com a finalidade de uma reintegração social menos exclusiva, o processo de ressocialização está atrelado à ideia de emancipação e de estabelecimento de autonomia das mulheres encarceradas. Com isso, estabelecem-se inúmeras formas de integração, das quais se destacam os projetos, as oficinas, as aulas de teatro, a alfabetização, a dança e o trabalho interno e externo.

Nesse contexto, a partir da análise do poema “Preta”, de Ana Cristina Lima, o qual integra a obra “*Firminas em fuga (poesia?)*” (2023), o presente ensaio objetiva apresentar a escrita como recurso psicoterápico para mulheres privadas de liberdade do Conjunto Penal Feminino do estado da Bahia, criado em 2005. Entre os programas destinados ao processo de ressocialização, destaca-se o projeto “*Corpos Indóveis Mentes Livres*”, iniciado em 2010 e idealizado pela Dra. Denise Carrascosa, professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

No supramencionado projeto, a produção das poesias constitui não somente um meio para a remição da pena, como também uma maneira de ressignificação da subjetividade de mulheres privadas de liberdade. Como percurso metodológico, a discussão promoverá, portanto, um diálogo com autores que discutem questões relacionadas ao gênero, às questões étnico-raciais, às interseccionalidades e à identidade, como Karla Akotirene (2018) e Kimberlé Crenshaw (2002), entre outros. Dessa forma, propõe-se, com o diálogo, a compreensão das narrativas poéticas como uma ferramenta de ressocialização, autenticidade e expressão de suas emoções e demandas.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO SISTEMA PRISIONAL FEMININO NO BRASIL E NA BAHIA

No Brasil, a partir dos anos de 1930, iniciou-se a institucionalização das construções penitenciárias exclusivamente destinadas ao encarceramento feminino. Nesse processo, destaca-se, como pioneiro na implementação do novo sistema, o estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, esses ambientes objetivavam abrigar mulheres acusadas de transgressão às normas sociais e, assim, estabeleciam o recolhimento penal para esse gênero.

No que diz respeito ao primeiro modelo, destinado à “correção” moral e comportamental de mulheres condenadas, a administração, conforme aponta Queiroz (2020), era de responsabilidade de freiras ligadas à Igreja Católica. Até o início de implementação das penitenciárias femininas, que - no Brasil - ocorre tardiamente em relação a outras nações, as mulheres cumpriam pena em instituições prisionais mistas.

As unidades específicas de encarceramento não foram concebidas, segundo Angotti (2018), para a contenção do aumento da criminalidade entre as mulheres, mas para atender a uma proposta disciplinar estratégica, a qual visava à regulação da postura das que eram consideradas “desajustadas” aos padrões de feminilidade e de conduta que a sociedade impunha. À época, o corpo social era predominantemente patriarcal, visto que era construído à base da “[...] dominação masculina nas relações políticas e sociais, possibilitando a construção da ideia de sistema e estrutura patriarcais nas sociedades contemporâneas [...]” (SENTO-SÉ, 2024, p. 3).

Vale destacar que o qualificador “desajustadas” estava relacionado ao comportamento feminino contestador dos padrões normativo, moral, ético e cultural da sociedade brasileira. Tal comportamento, conforme descreve Queiroz (2020), era atribuído a mulheres “metidas a ter

opinião”, uma vez que recusavam casamento escolhido pelos pais ou mulheres que tinham dificuldade de encontrar marido, bem como a mulheres em situação de rua e de prostituição. Com a influência do novo código penal nos anos de 1940, a responsabilidade da vigilância do sistema prisional deixa de ser da irmandade e passa a ser do Estado, sob a administração das Secretarias de Segurança Pública. Isso implica um processo de readequação que leve em consideração as necessidades das mulheres privadas de liberdade, já que o padrão estrutural das penitenciárias é predominantemente voltado para o público masculino.

Na Bahia, um modelo de sistema prisional exclusivo para mulheres só será construído em 2005, com localização na Mata Escura, na capital do estado, em Salvador. Intitulado Conjunto Penal Feminino, do complexo Penitenciário Lemos Brito, a unidade abriga aproximadamente 103 mulheres reclusas. Outras 24 unidades, distribuídas nos municípios de Itabuna, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Juazeiro e Teixeira de Freitas, encontram-se em funcionamento no modelo misto, nas quais estão abrigados homens e mulheres.

Atualmente, no estado da Bahia, 392 mulheres estão privadas de liberdade, segundo o Relatório de Informações Penais (RELIPPEN, 2024). Nas unidades, a população carcerária feminina é composta majoritariamente por mulheres negras, jovens e de baixa escolaridade. Além disso, mais da metade dessas mulheres tem entre 18 e 29 anos, evidenciando um perfil de vulnerabilidade social e econômica que contribui para o encarceramento. Nesse contexto de vulnerabilidade, observa-se que a maioria responde por crimes relacionados ao tráfico de drogas e a furto, muitas vezes motivados por condições de pobreza e exclusão social.

2816

OS ATRAVESSAMENTOS DA EXPERIÊNCIA FEMININA NAS PRISÕES BAIANAS

Mulher, mãe, preta, religiosa, cuidadora, alfabetizada ou não alfabetizada, orientação sexual distinta, em condições de vulnerabilidade econômica e social, constituem aspectos de muitos perfis das mulheres que ocupam a condição de encarceramento no sistema prisional baiano. Esse é um cenário que, por sua vez, promove o silenciamento e o atravessamento da identidade e da subjetividade das mulheres as quais ocupam os referidos espaços.

Ao se submeter ao cenário institucional, é sabido que existe uma perda significativa da identidade, uma vez que o sistema (federal, estadual, municipal ou rede privada) passa a regular, por meio de normas doutrinárias, a vida humana. No contexto que sustenta a discussão, observa-se que as mulheres, ao serem privadas de liberdade, sofrem o deslocamento para um modelo de institucionalização total, conforme defende Goffman (1974).

Essa institucionalização total é compreendida como um processo de mortificação do eu, visto que os elementos da identidade são negligenciados, desconstruídos e ignorados em prol de um controle e de uma vigilância. Nesse sentido, Goffman (1974) aponta que o nome de nascimento, trocado por um número de inscrição, a autonomia da escolha do ir ou vir, anulada pelo encarceramento, e a personalização coletiva das vestimentas constituem meios da institucionalização total.

As mulheres em privação de liberdade tornam-se, dessa forma, invisibilizadas por alguns fatores paralelos à perda do “eu”, tais como o racismo estrutural, pensando a descrição geográfica da instituição em questão, um presídio baiano, cujo público é, majoritariamente, composto por mulheres pretas; além disso, o sexismo reforça a despersonalização e a estigmatização desse grupo. Esses atravessamentos são defendidos por Akotirene (2018) como interseccionalidade.

A interseccionalidade é um termo difundido, inicialmente, por Kimberlé Crenshaw, no ensaio “Desmarginalizando a Intersecção de Raça e Sexo: uma Crítica Feminista Negra à Doutrina Antidiscriminação, Teoria Feminista e Política Antirracista”, publicado em 1989. A autora aponta que esse conceito evidencia essencialmente o modo pelo qual o sistema patriarcal, o racismo e a opressão de classe promovem dessemelhanças as quais estruturam posições referentes a classes, raças, mulheres, bem como etnias (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade, portanto, encontra-se relacionada à “[...] identidade da qual participa o racismo, interceptado por outras estruturas.” (AKOTIRENE, 2018, p. 29) Isso evidencia que os atravessamentos estão indissociáveis da vida das mulheres reclusas.

2817

Do ponto de vista histórico, o contexto prisional é carregado pela reprodução de um passado escravocrata, o que corrobora com o pensamento de Davis (2018) sobre a importância de pensar as intersecções em relação à classe e à raça, pois as mulheres brancas transgrediam por possuírem problemas de ordem mental, já a mulher preta e pobre, por ser criminosa. Com isso, o sistema prisional contemporâneo reforça a opressão de gênero, sobretudo a racial.

No cenário pós-abolição, a educação foi um dos fatores que sistematicamente interferiu na vida das pessoas pretas, negligenciadas por um direito que se perpetua em muitas vidas. Nesse contexto, o analfabetismo atravessa muros, o que reflete na baixa escolaridade das mulheres privadas de liberdade. Diante dessas nuances, não se deve desconsiderar que os atravessamentos são ressignificados, pois “[...] onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 90- 91).

Essa resistência, no espaço prisional feminino baiano, ocorre pela busca de oportunidades laborais, ou por meio de oficinas, de produção de textos, entre outras formas. As distintas maneiras de resistir evidenciam que é necessário que “[...] a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 241), sobretudo quando realizada mediante propostas de ressocialização.

A RESSOCIALIZAÇÃO COMO POSSIBILIDADE

Na busca de promover a reintegração, na sociedade, do sujeito encarcerado, o processo de ressocialização surge com a finalidade de humanização das instituições e suas relações interpessoais, por meio de programas educacionais, oficinas, capacitação profissional e trabalho, que visam a proporcionar a autonomia e a inserção social do indivíduo. Conforme a Lei de Execuções Penais (LEP), a ressocialização constitui um dos propósitos do sistema penitenciário brasileiro e estabelece que o cumprimento da pena deve oferecer recursos para a reintegração social do condenado (BRASIL, 1984).

Nas penitenciárias brasileiras, estabelece-se o trabalho como parte da ressocialização. Essa determinação alinha-se aos preceitos ideológicos do sistema econômico vigente do território, o sistema capitalista, que - oriundo de um padrão - controla a sociedade. Nesse sentido, o trabalho é apresentado como a esfera de reconstituição do ser humano em condições do aprisionamento. Para Foucault (1999), o sistema prisional é, portanto, o espaço de disciplina, promovendo recolocar a pessoa em privação de liberdade na condição de trabalho, pois, quem quer viver, tem que trabalhar.

Nessa perspectiva, Foucault (1999) reforça a crítica de como a ideia do trabalho surge como um bônus. No que diz respeito ao entendimento acerca da noção do que é ressocializar, deve-se compreendê-la como o verdadeiro encontro com a lógica capitalista, em que a mão de obra constitui um reforçador de diminuição de pena, disciplinando a população reclusa a partir da lógica da produtividade.

Além do trabalho, a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia (SEAP-BA) aponta que as pessoas privadas de liberdade são assistidas por meio de inúmeras esferas de assistência, como a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), as oportunidades de acesso à educação básica, as capacitações profissionais e inclusão produtivas, com empresas instaladas no interior do próprio sistema prisional, o que busca garantir a ressocialização e a autonomia para internos em regime semiaberto.

Outras políticas de ressocialização, segundo a SEAP- BA, contemplam o direito ao voto, à assistência religiosa, à emissão de documentos civis, bem como a atividades de esporte, lazer e à manutenção de vínculos afetivos com a visitação de familiares, garantindo o respeito à dignidade da pessoa humana, aos direitos individuais e coletivos e à crença de aperfeiçoamento do ser humano, conforme previsto na Constituição Federal do Brasil (1988). Nesse sentido, a ressocialização entra, atualmente, como um ponto fundamental de ressignificação do eu, apresentado por Goffman (1974). É, portanto, um processo de humanização para desconstruções das opressões e construção da autonomia e emancipação das subjetividades.

“CORPOS INDÓCEIS E MENTES LIVRES”: A ESCRITA POÉTICA COMO RECURSO PSICOTERÁPICO

A literatura, universo do qual faz parte a poesia - gênero literário cuja estrutura é composta por estrofes, rimas e versos -, apresenta-se, no contexto das produções escriturais, com uma particularidade que a distingue dos textos não literários. Essa especificidade relaciona-se ao tratamento e à manipulação da linguagem (LUZ; SILVA; ARGOLLO, 2025). Diferentemente da comunicação denotativa, que põe em evidência o sentido real das palavras, o texto literário vai além da materialização dos pensamentos. Nesse sentido, é necessário que o escritor se aproxime da figura do demiurgo, ou seja, aquele que, além de atribuir nome às coisas, expressa sentido e existência por meio do verbo. Com isso, a poesia pode servir como o modo de expressão subjetiva de conhecimento e criação (CAVALCANTI, 2014).

2819

O caráter plurissêmico da linguagem adotada na literatura decorre do distanciamento no que diz respeito à sua utilização comum. O despertar da emoção ou qualquer mudança na condição psíquica promove o desvio do uso linguístico corriqueiro (REIS, 2003). Nessa perspectiva, percebe-se, na escrita de um texto poético, a preocupação com a forma, evidenciando, pois, “[...] a predominância da função poética da linguagem, [a qual] proporciona ao leitor a possibilidade de compreender a realidade sob a perspectiva da estética.” (LUZ; SILVA; ARGOLLO, 2025, p. 2294). Essa função atribui ao texto expressividade por meio da conotação, bem como de recursos estilísticos, dos quais se destacam as figuras de linguagem.

No contexto das produções literárias brasileiras, sobretudo da literatura afro-brasileira, Conceição Evaristo - a partir dos anos de 1990 - começa a produzir escritas, as quais emergem das experiências vividas de modo individual, sobretudo de mulheres pretas. Essas produções são denominadas, por Evaristo, de “escrevivências”. Nessa perspectiva, é importante destacar que, no espaço das escrituras (auto)biográficas, “[...] a ‘escrevivência’, neologismo resultante da

fusão entre ‘escrever’ e ‘vivência’, supera o caráter meramente narrativo de um eu - que se permite narrar-se - para promover, junto a sua voz individual, a emersão de vozes coletivas.” (LUZ; SILVA; ARGOLLO, 2025, p. 2294).

Essas vozes constituem um ato de resistência e ecoam na escrita evaristiana, cuja potencialidade desperta no leitor reflexões sobre as vivências da população negra que - em sua construção histórica - sofreu violências físicas e simbólicas. (LUZ; SILVA; ARGOLLO, 2025). As inúmeras formas de violência, as quais tratam “[...] seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos.” (CHAUI, 2011, p. 379), perduram até hoje em ambientes prisionais femininos, ocupados predominantemente por mulheres negras.

Para compreender o cenário carcerário feminino, no qual se manifestam formas distintas de violência, é imprescindível entender os atravessamentos com uma ótica interseccional, a qual - na defesa de Akotirene (2020) - aponta para a necessidade de uma reconstrução na vida das mulheres encarceradas. Nessa perspectiva, a escrita poética simboliza um ato de externar as dores, as vivências, as ausências, os abandonos, elucidando a importância da escuta de si por meio das palavras, que constitui significativo instrumento para auxiliar no reposicionamento das suas histórias.

2820

Em relação à significância da escuta - indispensável à compreensão das inúmeras histórias carregadas de dores e ausências - Conceição Evaristo divide, com o público leitor, seu processo de escrita: “Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. [...]” (2016, p. 7). Nessa passagem, nota-se que a construção da própria voz a partir da voz do outro é o reconhecimento de que as histórias e as dores de quem as compartilha atravessam, também, a vida de quem as escuta.

No campo da psicologia, ancorada na Gestalt-terapia³, a escrita é defendida como uma potência e, por isso, pode ser utilizada como ferramenta no processo psicoterápico. Nessa proposta, torna-se uma extensão da fala que auxilia na *awareness* (consciência) e contribui para o fechamento das Gestalt inacabadas, o que permite ao sujeito se colocar em relação com a própria vivência. Para Ginger e Ginger (1995), qualquer método que favoreça o contato do

³ A Gestalt-terapia, abordagem da Psicologia, foi fundada em 1940, nos Estados Unidos por Fritz Perls, Laura Perls e Paul Goodman. A Gestalt-terapia está voltada para si no momento presente de forma integrada e busca analisar a totalidade: pessoa e ambiente. Assim, o cliente está como principal mas, traz consigo figuras ilustrativas presentes na fala, nas expressões do corpo e, esses sinais aproxima do foco: o problema vigente (sintoma), no aqui e agora (ALMEIDA; MARIA, 2010).

indivíduo consigo mesmo, com o outro e com seu ambiente pode ser incorporado ao processo psicoterápico na Gestalt, desde que mantenha o princípio da autenticidade e da vivência presente.

Levando-se em consideração a potencialidade da escrita poética como instrumento terapêutico, destaca-se, como objeto de análise, o poema “Preta”, de Ana Cristina Lima, o qual integra o livro “Firminas em fuga (poesia?)”, publicado em 2023 pelo selo editorial “Corpos Indóceis e Mentes livres”, com auxílio da Editora Ogum’s Toques Negros. O texto pertence à coletânea de poemas escritos por mulheres pretas encarceradas do Conjunto Penal Feminino, em Salvador, no estado da Bahia. Há de se destacar que o título do livro homenageia a escritora do século XIX, Maria Firmina dos Reis, uma autora abolicionista do seu tempo, considerada símbolo de resistência preta. A referida obra surgiu a partir de oficinas literárias realizadas no próprio conjunto penal, por meio do projeto “Corpos Indóceis e Mentes Livres”.

O supramencionado projeto, criado em 2010, foi idealizado pela Dra. Denise Carrascosa, professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e realizado no Conjunto Penal Feminino, complexo penitenciário Lemos Brito, localizado no bairro da Mata Escura, em Salvador. A proposta objetiva estimular - por meio das várias linguagens artísticas (música, teatro, literatura, fotografia, cinema, artes plásticas etc.) - a expressão das subjetividades e das identidades que, por vezes, são negligenciadas no sistema carcerário. Por intermédio do estudo e da leitura, essa iniciativa contribui para a remição de pena, em que - cada texto lido e resenhado pelas mulheres privadas de liberdade - reduzem-se quatro anos da condenação.

2821

FIRMINAS EM FUGA (POESIA?): ANÁLISE DO POEMA “PRETA”, DE ANA CRISTINA LIMA

*Ah, não sei escrever correto mas como sinto uma vontade de escrever o
que tenho no secreto. (Cláudia Santana)*

A escrita poética, quando realizada com a finalidade de evasão das emoções, não exige o domínio da norma-padrão. Isso se evidencia na supradestacada epígrafe, em que a autora Cláudia Santana, uma das mulheres encarceradas participantes do projeto “Corpos Indóceis e Mentes Livres”, compartilha a falta de conhecimento em relação ao uso adequado da língua, ou seja, em conformidade com a gramática prescritiva, no ato da escrita, mas o faz movida pelo desejo de materializar, em palavras, os sentimentos aprisionados.

Quando as emoções escondidas no secreto constituem a subjetividade de um corpo negro feminino encarcerado, observa-se que a condição em que esse corpo se encontra desperta sentimentos os quais não

conseguem se desvincular de seu passado histórico. Nesse sentido, os corpos aprisionados buscam não apenas lembrar as marcas desse passado que afetam a subjetividade, como também procuram libertar-se dele por meio de uma reparação. Essa busca pode ser evidenciada no poema “Preta”, de Ana Cristina Lima (2023, p. 16), participante do projeto.

Preta

Olha lá!

Olha lá a preta passando,

Vagando, se arrastando.

Carregando nas costas

O peso da custódia, da memória.

Olha lá a carne rasgada,

Açoitada, ensanguentada.

Nesses versos, os quais compõem a primeira estrofe do poema, observa-se que a voz lírica não se desvincula da necessidade de lembrar as marcas do processo de anulação da subjetividade por meio da violência histórica. Neles, ativa-se a memória de um tempo em que as mulheres, principalmente as pretas, eram invisibilizadas. Nessa perspectiva, percebe-se que os versos dialogam com a noção de “memória transgeracional” a qual, segundo Grada Kilomba (2019), está relacionada ao “trauma colonial”, decorrente do processo de escravização, perpetuado na memória coletiva. Esse trauma permanece impactando as sociedades contemporâneas.

2822

Ao iniciar o poema pela estrofe que descreve um cenário de violência resultante do sistema escravocrata, Ana Cristina Lima, por meio da produção poética, busca “[...] falar contra o silêncio e a marginalidade criados pelo racismo. Essa é uma metáfora que ilustra a luta das pessoas colonizadas [ou das encarceradas pelas grades dos presídios e do passado]” (KILOMBA, 2019, p. 69). No contexto do Conjunto Prisional Feminino, são essas pessoas que lutam para superar um trauma que “[...] transborda como o sangue perdido no mar [...]” (LÂNES, 2024, p. 6).

A necessidade de escrever contra o silenciamento e o segregamento gerados por motivo de discriminação de raça, os quais promovem - no povo preto - o sofrimento pela realidade experienciada pelos antepassados, mas que se amplia às demais gerações cujos corpos negros ainda padecem o tormento herdado do sistema colonial, constitui um ato de resistência. São esses corpos que, conforme cantado por

Elza Soares (2002), representam “A carne mais barata do mercado [...] / Que vai de graça pro presídio / E para debaixo do plástico / Que vai de graça pro subemprego / E pros hospitais psiquiátricos⁴”.

No contexto ao qual se referem os versos, há de se destacar em “E para debaixo do plástico” o uso do recurso da metonímia “de plástico”, associado ao advérbio de lugar “debaixo”, para se referir ao corpo violentado até a morte, coberto pela lona dos Institutos Médicos Legais (IML). Esse recurso confere ao discurso musical “A Carne” mais expressividade, o que proporciona à leitura mais realismo e aproxima o leitor das situações vivenciadas pela população negra.

Nos versos supramencionados, denuncia-se a realidade desses corpos violentados por meio de atitudes discriminatórias. É imprescindível ressaltar que essa carne negra, que constitui o principal alvo da violência e da opressão, “[...] fez e faz história / Segurando esse país no braço, mermão” (Soares, 2002). No poema “Preta”, após a rememoração das marcas da violência fortemente evidenciadas em “Olha lá a carne rasgada, / Açoitada, ensanguentada”, a voz lírica testemunha a força e a batalha da carne negra que, mesmo caindo, se levanta - como forma de resistência, no duplo sentido da palavra - para garantir a sobrevivência, conforme se observa a seguir:

[...]

Olha lá uma preta guerreira,
Lutadora, lavadeira,
Uma preta que cai e se levanta,
Que não para, mesmo manca.
Olha lá a preta da favela,
Que há muito não é filha,
Que há muito já é mãe.
Mãe de uma nação,
Mãe de oração,
Mãe de sangue,
Mãe de leite, de choro, de coração.

2823

A partir desses versos, percebe-se que a voz lírica evidencia - por meio dos qualificadores “guerreira”, “Lutadora” e “lavadeira” - o cotidiano de batalha da mulher preta que, de perfil humilde e profissão enquadrada, dependendo do contexto, na categoria de subemprego, enfrenta as dificuldades para

⁴ Esses versos compõem a canção *A Carne*, escrita por Seu Jorge, Marcelo Yuka e Wilson Cappelle, e gravada pela cantora Elza Soares, que, por meio de sua voz rasgada e potente, imprime à canção um grito de denúncia e de resistência. In: SOARES, Elza. **Do cóccix até o pescoço**. São Paulo: Maianga, 2002. 1 CD. (60 min.). Faixa 6.

sobreviver em uma sociedade desigual e opressora. Essa qualidade de quem, em meio à luta, não desiste é ratificada no discurso musical de “Gente”, composição de Caetano Veloso (1977): “Gente lavando roupa, amassando pão / Gente pobre arrancando a vida com a mão [...]”⁵. A preta exaltada pela voz lírica é a preta que sai todos os dias em busca da vida para arrancá-la com a mão, para dialogar com os versos de Veloso.

Em relação à profissão de “lavadeira”, referenciada nos versos de Ana Cristina Lima, evidencia-se o que Fanon (2008) destaca acerca do racismo e do colonialismo. Segundo o autor, essas práticas constituíram-se como estruturas carregadas de exploração, o que implicou desigualdade e visões de mundo distinta e opressora. Em decorrência disso, o racismo estrutural, no Brasil, define a posição da mulher preta, aquela que acolhe e é colocada nos padrões de subordinação, de mucama à lavadeira.

Nesses versos, há de se destacar que a vitalidade ancestral é representada como uma força do antepassado que motiva a vida das mulheres e, por isso, não é apagada. No poema, o enaltecimento da “[...] preta guerreira, Lutadora, lavadeira, / Uma preta que cai e se levanta [...]” remete à concepção da memória coletiva e à valorização das trajetórias das mulheres que, mesmo silenciadas pelos discursos eurocêntrico e colonizador, continuam produzindo sentidos para a vida. Na concepção de Kilomba (2019), essa é uma incansável busca pelo respeito e pela compreensão das subjetividades.

2824

Na última estrofe, a voz lírica, após referenciar todas as mulheres pretas de Luta e Resistência, atitude que configura a memória coletiva e o reconhecimento dos percursos e percalços dessas mulheres, especifica o enaltecimento para a mulher que, em sua vida, possui sentido especial.

Aquela preta é minha preta,
É ‘A’ preta; rainha do ébano.
Aquela preta me pariu, me cuidou,
Me salvou.

O sentimento de pertencimento a essa preta, cuja vivência materializa a força da resistência da população marginalizada, é evidenciado no uso dos pronomes em destaque: “Aquela mulher é **minha** preta” e “Aquela preta **me** pariu, / **me** cuidou, / **Me** salvou”. Além disso, a supervalorização dessa mulher ganha destaque no uso do artigo definido ‘A’, grafado em letra maiúscula, com a finalidade de não somente

⁵ VELOSO, Caetano. Gente. In: VELOSO, Caetano. Bicho. Rio de Janeiro: Philips, 1977. (36 min.). Faixa 3 (3’35”).

particularizar “A’ preta” homenageada no discurso poético, como também colocá-la em posição de visibilidade, evidenciada no uso do aposto “rainha do ébano”.

No poema “Preta”, de Ana Cristina Lima, os versos apresentam inúmeras camadas e experiências atreladas ao peso da marginalização e da colonização histórica. Todavia, presencia-se, também, o legado de resistência, o modo de luta e o poder de reinventar suas histórias pelas narrativas. Do poema de Ana Cristina Lima, mulher preta que vivencia o ambiente carcerário do Conjunto Penal Feminino, emerge a voz poética cujo discurso atravessa a própria realidade, a própria subjetividade. Dessa forma, constata-se que a escrita poética constitui um suporte psicoterápico importante no processo de ressocialização, bem como de catarse.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **Ó Paí, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando o bonde nas penitenciárias femininas**. São Paulo: Polén. 2020.

ALMEIDA, Thiago de; MARIA, Josiane. Reflexões sobre a prática clínica em Gestalt-terapia: possibilidades de acesso à experiência do cliente. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, vol. XVI, núm. 2, diciembre, 2010

2825

ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil**. 2ª ed. Revisada – San Miguel de Tucumán: Universidade Nacional de Tucumán. Instituto de investigaciones Históricas Leo Pinto, 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Relatório de Informações Penitenciárias (RELIPEN) – 2º semestre de 2024**. Brasília: MJSP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2o-semester-de-2024.pdf> . Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres**. Brasília DF: Ministério da Justiça, 2022.

CARRASCOSA, Denise (Org.). **Firminas em Fuga**. Salvador: Corpos Indóceis & Mentres Livres / Ogum’s Toques Negros, 2023.

CAVALCANTI, Luciano Marcos Dias. Poesia, o que é e para quê serve? **Recorte**, v. II, n. I, 2014.

CHAUI, Marilena. Ética e Violência no Brasil. **Revista Bioethikos** - Centro Universitário São Camilo - 2011; 5(4):378-383. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/89/A3.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2025.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. 1. edição – São Paulo: Boitempo, 2018.

DEPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Atualização do levantamento de informações penitenciárias após melhorias no sistema de captação de dados**. Brasília DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2020.
EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

2826

GINGER, Serge; GINGER, Anne. **Gestalt: uma terapia do contato**. Tradução de Sonia S. Rangel. São Paulo: Summus, 1995.

GOFFMAN, E. As características das Instituições Totais. In: GOFFMAN, E. **Manicômio, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectivas S. A, 1974.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANÊS, Patrícia. Sobre silêncios, suturas e fabulações críticas: um diálogo entre Saidiya Hartman, Rosana Paulino e Grada Kilomba. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, vol. 39, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nh3RzchY4psKgQSMQdDNZHh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2025.

LIMA, Ana Cristina. Preta. In: CARRASCOSA, Denise (Org.). **Firminas em Fuga**. Salvador: Corpos Indóceis & Mentos Livres / Ogum's Toques Negros, 2023.

LUZ, Juciara Santana da; SILVA, Murillo Cesar da Silva; ARGOLLO, Lahiri Lourenço. Marcas do trauma: sonho e sofrimento psicológico em “Líbia Moirã”, de Conceição Evaristo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE**. DOI: doi.org/10.51891/rease.viii.17965. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17965/10319>. Acesso em: 1 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 10 mai. 2024.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. 12^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

REIS, Carlos. **O Conhecimento da Literatura**: Introdução aos Estudos Literários. Rio Grande do Sul: EdPUCRS, 2003.

SENTO-SÉ, Isadora Vianna. Dossiê: Caminhos da Crítica: Identidades, Feminismos e Projetos Emancipatórios, **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** 24, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2024.1.44778>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/jxrqtTbyDYMVNw4Wk8gvd4z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mai. 2025.

SOARES, Elza. A Carne. In: SOARES, Elza. **Do cóccix até o pescoço**. São Paulo: Maianga, 2002. 1 CD. (60 min.). Faixa 6.

VELOSO, Caetano. Gente. In: VELOSO, Caetano. **Bicho**. Rio de Janeiro: Philips, 1977. (36 min.). Faixa 3 (3'35").